

Brasil só paga 1/3 dos juros da dívida

BRASÍLIA — O Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, informou ontem que o Brasil está negociando um empréstimo-ponte com o objetivo de colocar em dia o pagamento dos juros deste ano, a partir de janeiro, antes da assinatura do protocolo relativo à negociação de médio prazo da dívida externa.

— Mantida a nossa posição de entrarmos com um terço dos recursos e os credores com o restante, o Brasil não terá problema nenhum de, enquanto se desenvolvem as negociações (de médio prazo), assinar um acordo provisório: um novo empréstimo-ponte que viabilize o pagamento dos juros de janeiro — disse o Ministro da Fazenda.

Apesar do Ministro da Fazenda não ter mencionado o lado político do empréstimo-ponte, na prática ele significa o rompimento definitivo da moratória e, ao colocar o Brasil em dia com os juros em janeiro, evita a possibilidade de nova reunião da comissão que tem poderes para desclassificar os créditos de países em atraso.

Telefoto de José Cruz



Ministro Mailson da Nóbrega

Nóbrega anunciou que esse empréstimo-ponte, cujo valor não quis revelar, estava “implícito” desde os entendimentos desenvolvidos anteriormente pelo antigo negociador brasileiro, Fernão Bracher.

— Esperava-se a conclusão dos termos do acordo para meados de janeiro, mas o processo de sua assinatura é demorado — explicou o Ministro, justificando assim a necessidade do empréstimo-ponte. Segundo ele, o prazo dessa operação é entre três e seis meses.

Assessores do Ministro complementaram a informação, detalhando o seguinte modelo de negociação: Para a composição do empréstimo-ponte, o Brasil entraria com um terço, sacando de suas reservas; as agências intergovernamentais de crédito (como FMI, Banco Mundial e Clube de Paris) integralizariam outro terço; e aos bancos privados caberia o restante.

Segundo as mesmas fontes, ao deixar de pagar as agências oficiais durante esse período, isso equivaleria a uma participação de US\$ 2 bilhões. Como os compromissos mensais de juros são estimados em US\$ 800 milhões, as necessidades totais, durante seis meses, chegariam próximo a US\$ 5 bilhões.

— Não é uma solução definitiva,

mas parte importante de uma estratégia que tem como objetivo assegurar, o mais rápido possível, o processo e o clima para retomar o investimento no País — afirmou o Ministro da Fazenda, ao comentar a conveniência do acordo interino.

Ele também justificou essa estratégia com argumentos contrários aos utilizados até aqui para defender a decretação da moratória.

— Temos que deixar bem claro que não é o poder da moratória que melhora o poder de negociação do Brasil com seus credores, mas, sobretudo, a realização de um programa coerente interno que promova o desenvolvimento do País. Esse deve ser o objetivo — disse Mailson.

● MILLIET — O Presidente do Banco Central, Fernando Milliet, deverá retornar amanhã à noite a Nova York para retomar a negociação da dívida externa brasileira em Nova York. O gabinete da presidência do Banco Central, entretanto, providenciou reservas nos vãos para Nova York tanto para hoje como para esta sexta-feira, na eventualidade de ser necessária a presença de Milliet nos EUA.